SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALENQUER

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2015

SANTA CASA MISERICÓRDIA ALENQUER

BALANÇO

Dezembro 2015

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	5.3	5.150.673,81	5.104.896,72
Bens do património histórico e cultural		201.320,94	201.320,94
Propriedades de investimento	5.4	778.651,36	771.544,56
Activos intangíveis	6	588,76	925,78
Investimentos financeiros	17.1	2.662,11	1.688,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros			
		6.133.896,98	6.080.376,45
Activo corrente:			
Inventários	9	21.427,19	12.875,93
Clientes	17.3	203.982,93	169.900,01
Adiantamentos a fornecedores	17.9	28.452,94	26.656,96
Estado e outros entes públicos	17.10	18.610,29	6.832,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2		
Outras contas a receber	4+17.4	691.631,90	589.535,00
Diferimentos	17.5	5.104,36	13.764,49
Outros activos financeiros	17.6	1.000.000,00	1.000.000,00
Caixa e depósitos bancários	17.7	749.685,55	748.490,08
Outros			
		2.718.895,16	2.568.055,07
Total do activo		8.852.792,14	8.648.431,52

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

SANTA CASA MISERICÓRDIA ALENQUER

BALANÇO

Dezembro 2015

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos		33.202,52	33.202,52
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		1.000.000,00	1.000.000,00
Resultados transitados		5.408.546,64	5.225.341,75
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	4	1.674.665,09	1.514.658,72
		8.116.414,25	7.773.202,99
Resultado líquido do período		121.971,86	183.204,89
Total do fundo de capital	17.8	**8.238.386,11**	**7.956.407,88**
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões		0,00	0,00
Provisões especificas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	17.331,28	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		17.331,28	0,00
Passivo corrente:			
Fornecedores	17.9	91.333,01	108.613,01
Adiantamentos de clientes	17.3	108.199,18	134.531,14
Estado e outros entes públicos	17.10	56.187,56	56.989,81
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2		
Financiamentos obtidos	7	7.782,38	
Diferimentos	17.5	563,91	1.728,91
Outras contas a pagar	17.11	333.008,71	389.960,77
Outros passivos financeiros	17.12		
Outros			
		597.074,75	692.023,64
Total do passivo		**614.406,03**	**692.023,64**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**8.852.792,14**	**8.648.431,52**

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

SANTA CASA MISERICÓRDIA ALENQUER

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro 2015

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		2015								
		2015	2014	CRECHE F.Magalhães	CRECHE Antº Jalles	CRECHE Chemina	CRECHE Sta. Clara	CRECHE Sementes	JARDIM INFANCIA	ATL	LAR	CENTRO DIA	APOIO DOMICILIÁRI
RENDIMENTOS E GASTOS													
Vendas e serviços prestados	10	1.516.419,82	1.378.287,45	26.624,90	76.556,47	56.995,56	89.008,41	120.226,37	252.911,07	100.543,96	332.124,10	78.626,31	82.802,67
Subsídios, doações e legados à exploração	12	1.745.683,05	1.747.398,02	78.250,71	235.516,00	121.391,84	198.086,48	48.912,51	403.848,60	33.823,72	388.000,76	53.417,02	184.435,41
Variação nos inventários da produção				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-352.359,04	-338.053,53	-9.303,20	-21.469,10	-12.308,92	-146,95	-84,79	-76.541,21	-23.847,53	-143.088,13	-37.512,57	-23.056,65
Fornecimentos e serviços externos	17.13	-523.104,35	-500.624,65	-12.784,86	-15.521,21	-21.676,53	-60.008,71	-43.598,59	-150.779,57	-25.256,05	-158.507,89	-12.498,81	-22.472,12
Gastos com o pessoal	15	-2.163.148,09	-2.007.362,75	-88.716,75	-242.401,52	-183.643,28	-189.636,67	-128.041,86	-414.581,67	-113.799,83	-588.322,42	-44.255,96	-171.748,12
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específica (aumentos/reduções)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidade (perdas/reversões)			-118,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17.14	139.593,67	129.793,29	1.499,44	4.230,98	3.596,17	4.303,20	2.885,20	12.130,94	7.015,29	97.874,26	2.345,94	3.712,26
Outros gastos e perdas	17.15	-56.826,78	-34.634,43	-390,85	-1.094,52	-962,95	-1.192,73	-793,48	-5.906,31	-1.792,35	-41.649,24	-350,10	-2.194,25
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		306.258,28	374.684,54	-4.820,62	35.817,10	-36.608,11	40.413,04	-494,64	21.081,84	-28.312,79	188.431,44	39.271,82	51.479,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5+6	-183.239,24	-191.475,33	-3.020,95	-5.730,51	-6.057,53	-6.179,68	-8.148,86	-23.598,83	-17.096,93	-91.330,72	-4.377,80	-17.697,43
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		123.019,04	183.209,21	-7.841,57	30.086,59	-42.665,64	34.233,36	-8.643,50	-2.516,99	-45.409,72	97.100,72	34.894,03	33.781,77
Juros e rendimentos similares obtidos				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	8+17.16	-1.047,18	-4,32	-0,07	-0,19	-0,17	-0,21	-0,14	-0,54	-0,33	-0,24	-0,11	-1.045,19
Resultado antes de impostos		121.971,86	183.204,89	-7.841,64	30.086,40	-42.665,80	34.233,15	-8.643,64	-2.517,53	-45.410,05	97.100,48	34.893,92	32.736,58
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		**121.971,86**	**183.204,89**	**-7.841,64**	**30.086,40**	**-42.665,80**	**34.233,15**	**-8.643,64**	**-2.517,53**	**-45.410,05**	**97.100,48**	**34.893,92**	**32.736,58**

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALENQUER

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Dezembro 2015

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - metodo directo			
Recebimentos de clientes e utentes		1.515.532,90	1.370.292,02
Pagamentos de subsidios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-940.921,67	-850.548,51
Pagamentos ao pessoal		-1.396.282,73	-1.314.919,17
Caixa gerada pelas operações		**-821.671,50**	**-795.175,66**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			10.237,50
Outros recebimentos/pagamentos		-626.823,55	-670.093,87
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**-1.448.495,05**	**-1.455.032,03**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:		**-270.387,29**	**-296.546,78**
Activos fixos tangíveis		-269.413,63	-295.294,88
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		-973,66	-1.251,90
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:		**41.738,17**	**36.478,50**
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		28.782,92	15.316,56
Subsídios ao investimento			0,00
Juros e rendimentos similares		12.955,25	21.161,94
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**-228.649,12**	**-260.068,28**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:		**1.700.911,11**	**1.494.763,29**
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações		5.958,55	5.658,77
Outras operações de financiamento		1.694.952,56	1.489.104,52
Pagamentos respeitantes a:		**-22.571,47**	**-7.385,07**
Financiamentos obtidos		-14.866,34	
Juros e gastos similares		-1.047,18	-4,32
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento		-6.657,95	-7.380,75
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**1.678.339,64**	**1.487.378,22**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) (A)		1.195,47	-227.722,09
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no inicio do período (B)		1.748.490,08	1.976.212,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período (C)		1.749.685,55	1.748.490,08

(1) - O euro admitido-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Alenquer, contribuinte n.º 500 852 227, reconhecida como IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, e registada sob o nº 54/85, a fl. 32 v. º e 33 do livro nº 2 das irmandades da misericórdia em 4 de Julho de 1985, com sede na Rua Renato Leitão Lourenço, nº 31, em Alenquer. Tem como atividade a concessão de bens e a prestação de serviços sociais sem finalidade lucrativa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRFESNL) – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à capacidade de cumprir os seus fins estatutários.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 17.4 e 17.11) e "*Diferimentos*" (Nota 17.5).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as

decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

Pretendeu-se, nas Demonstrações Financeiras, divulgar a informação comparativa com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, procurando que as políticas contabilísticas fossem levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Procedeu-se a alterações das políticas contabilísticas, mas as quantias comparativas não foram afetadas pela reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "*Ativos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem na forma pretendida, não incluindo qualquer estimativa para custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade possa vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor comunicado pelo doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Na falta de melhor estimativa para os períodos de vida útil esperada, as taxas de depreciação utilizadas correspondem às que se encontram na tabela anexa ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, aplicando-se esta aos bens adquiridos a partir de 01.01.2012.

3.2.2. Bens do património histórico, artístico e cultural

Estes bens encontram-se valorizados pelo seu custo histórico, acrescidos de melhoramentos.

Estes melhoramentos só são considerados como ativos se gerarem aumento da sua vida útil. Sempre que estes pressupostos não se verifiquem as manutenções e reparações são registados como gastos do período.

Estes bens não estão sujeitos a qualquer depreciação.

3.2.3. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/Patrocinadores /doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.4. Clientes e outras a Receber

Os "*Clientes*" e as "*Outras contas a receber*", encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "*Perdas por Imparidade*" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.5. Outros ativos e passivos financeiros

Os *Ativos e Passivos Financeiros* foram reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL), ou seja, «*ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos*».

3.2.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui, caixa e os depósitos bancários e outros que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alterações de valor.

3.2.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.
Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos sócios da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes.

3.2.9. Empréstimos bancários e outros passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, liquido de custos de transação incorridos.
Os passivos remunerados são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor de reembolso é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período da divida, utilizando o método da taxa de juro efetiva.
Os passivos remunerados são classificados no passivo corrente, exceto se a Entidade detém um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração da posição financeira.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do art.º 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC):
"1 — Estão isentas de IRC:
a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas; ou predominantemente, fins cientificos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.
2 — A isenção prevista na alínea c) do número anterior carece de reconhecimento pelo Ministro das Finanças, a requerimento dos interessados, mediante despacho publicado no Diário da República, que define a respectiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as actividades desenvolvidas para a sua realização, pelas entidades em causa e as informações dos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos e outras julgadas necessárias.
3 — A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:
a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.
4 — O não cumprimento dos requisitos referidos nas alíneas a) e c) do número anterior determina a perda da isenção, a partir do correspondente período de tributação, inclusive.
5 — Em caso de incumprimento do requisito referido na alínea b) do n.º 3, fica sujeito a tributação, no 4.º período de tributação posterior ao da obtenção do rendimento global líquido, a parte desse rendimento que deveria ter sido afecta aos respectivos fins."

Assim, esta rubrica só reconhece os impostos sobre o rendimento sujeitos a retenção na fonte e as contribuições obrigatórias parta a Segurança Social.

3.2.11. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas ou ainda não disponíveis para uso são sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, comparando a sua quantia escriturada com a sua quantia recuperável.
A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (I) o justo valor deduzido de custos para vender e (II) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.
Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo Patrimonial. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.
A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.2.12. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.
Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.
Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecido como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.
As rendas contingentes deverão ser reconhecidas como gastos do período em que ocorrem. A Entidade não tem rendas contingentes

3.2.13. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem: (I) uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado; (II) é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (III) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.
O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tais estimativas são determinadas tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação e são revistas na data de relato, sendo ajustadas quando necessário, de modo a refletir a melhor estimativa nessa data.
As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedam os benefícios económicos derivados do mesmo. É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Entidade desenvolveu um

plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as atividades correntes da Entidade.
Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.
Nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2014 e 2015 não ocorreram eventos suscetíveis do reconhecimento de provisões nem da divulgação de passivos contingentes.

3.2.14. Rédito

O rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, sendo reconhecido no momento da prestação do serviço.
As quotas são reconhecidas pelo seu recebimento.
Os juros são reconhecidos atendendo à periodização económica.

3.2.15. Subsídios ao Investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos quando o seu reconhecimento, em Fundos Patrimoniais, e são refletidos no resultado com a imputação de acordo com a depreciação do ativo afeto ao investimento.

3.2.16. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2.17 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF-ESNL, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Entidade foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidade aos valores do ativo, nomeadamente, de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, no entanto foram feitas correções às contas "42 Propriedades de Investimento" e "43 Ativos Fixos Tangíveis", por desagregação destes bens, e por renomeação e reorganização completa de todas as contas de imóveis, bem como correções relativamente a valores em dívida ao ISS.

Estas correções tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras:

RUBRICAS	Saldo 31-12-2014 Aprovado	Ajustes	Saldo 31-12-2014 Reexpresso
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4.851.981,88	252.914,84	5.104.896,72
Bens do património historico e cultural	0,00	201.320,94	201.320,94
Propriedades de investimento	743.013,16	28.531,40	771.544,56
Ativos intangíveis	925,78	0,00	925,78
Investimentos financeiros	1.688,45	0,00	1.688,45
	5.597.609,27	482.767,18	6.080.376,45
Ativo corrente:			
Inventários	12.875,93	0,00	12.875,93
Clientes	169.900,01	0,00	169.900,01
Adiantamentos a fornecedores	26.656,96	0,00	26.656,96
Estado e outros entes públicos	6.832,60	0,00	6.832,60
Fundad./benemér./patrocinad./doadores/associados/...	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	589.535,00	0,00	589.535,00
Diferimentos	13.764,49	0,00	13.764,49
Outros ativos financeiros	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
Caixa e depósitos bancários	748.490,08	0,00	748.490,08
	2.568.055,07	0,00	2.568.055,07
Total do ativo	**8.165.664,34**	**482.767,18**	**8.648.431,52**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos	33.202,52	0,00	33.202,52
Reservas	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
Resultados transitados	4.844.219,67	381.122,08	5.225.341,75
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.514.658,72	0,00	1.514.658,72
	7.392.080,91	381.122,08	7.773.202,99
Resultado líquido do período	183.204,89	0,00	183.204,89
Total do fundo de capital	7.575.285,80	381.122,08	7.956.407,88
Passivo			
Passivo não corrente	0,00	0,00	0,00
Passivo corrente:			
Fornecedores	108.813,01	0,00	108.813,01
Adiantamentos de clientes	134.531,14	0,00	134.531,14
Estado e outros entes públicos	56.989,81	0,00	56.989,81
Diferimentos	1.728,91	0,00	1.728,91
Outras contas a pagar	288.315,67	101.645,10	389.960,77
Total do passivo	590.378,54	101.645,10	692.023,64
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	8.165.664,34	482.767,18	8.648.431,52

Foram feitas as seguintes correções às contas "42 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO" e "43 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS":

A conta 433201 apresentava no final de 2014 o valor de 1.586.996,80€, dos quais 1.495.953,80€ eram relativos ao Imobilizado existente em 31.12.1989.

Por instruções emanadas do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, por força da aplicação do Decreto-Lei nº. 78/89, de 3 de Março, o valor destes bens foi registado, em 01.01.1990, em simultâneo com a sua depreciação, no mesmo valor, ficando automaticamente com um valor líquido de 0,00€.

Em 2015, com base nas cadernetas prediais, foi feita a desagregação destes bens, bem como a renomeação e reorganização completa de todas as contas de imóveis.

Assim a conta 433201 do Diversos < 1990 foi distribuída da seguinte forma:	1.495.953,09
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	**114.125,59**
Terrenos e recursos naturais	
U 159 Albergaria do Espirito Santos	28.531,40
Edifícios e outras construções	
U 159 Albergaria do Espirito Santos	85.594,19
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	**1.381.827,50**
Bens do património histórico e artístico e cultural	
U1874 Igreja Misericórdia	101.482,17
Terrenos e Recursos Naturais	
U 751 Igreja São Francisco	44.783,25
U751+5385+R1P23, Antigo Lar (Lar2)	53.701,29
U191+1872 Renato L. Lourenço, 27 a 33	78.324,25
U2078+R1P26 Antº Mª Jalles	146.885,82
U159 Igreja Espirito Santo	18.999,49
RU70 Cabanas Chão V. Santarém	24,04
R1D66 Refugidos Casal da Carpinteira	4,41
Edifícios e outras construções	
U 751 Igreja São Francisco	134.349,76
U751+5385+R1P23, Antigo Lar (Lar2)	70.558,97
U191+1872 Renato L. Lourenço, 27 a 33	234.972,76
U2078+R1P26 Antº Mª Jalles	440.657,47
U 159 Igreja Espirito Santo	56.998,48
RU70 Cabanas Chão V. Santarém	72,12
R1D66 Refugidos Casal da Carpinteira	13,22
TOTAL DESAGREGADO	**1.495.953,09**

Foram anuladas todas as depreciações feitas na totalidade em 01.01.1990, relativas aos terrenos desagregados, bem como da totalidade do valor desagregado para a Igreja da Misericórdia uma vez que os "Bens do património histórico e artístico e cultural" não são sujeitos a depreciação.

Estas anulações foram feitas à conta de "Depreciações acumuladas" por contrapartida da conta "561 Resultados transitados", no valor de 472.736,12€.

Foram ainda anuladas, da mesma forma, as depreciações feitas aos melhoramentos na Igreja da Misericórdia, em 2010, no valor de 9.983,90€ e pela renomeação e reorganização das restantes contas, anuladas as depreciações do terreno da Santa Catarina, no valor de 47,60€.

Outras correções:

Foi ainda corrigido o valor de 101.645,10€, apurado em 2015, referente aos valores de acordo de cooperação, recebidos indevidamente, do ISS relativamente ao ATL de Olhalvo e que são anteriores a 2012.

5. Investimentos

5.1. Ativos Fixos Tangíveis

5.1.1 Bens do domínio público

As Demonstrações Financeiras não refletem quaisquer efeitos resultantes do usufruto de *"Ativos Fixos Tangíveis"* do domínio público.

5.1.2. Bens do património histórico, artístico e cultural

Foi considerado em 2015 como imóvel de interesse público, a Igreja da Misericórdia, conforme o Decreto do Governo nº. 8/83, de 24 de Janeiro:

" Em conformidade com os artigos 2.°, 24.° e 30.° do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, o n.° 1 do § 1.º do artigo 19.º do Decreto n.° 46 349, de 22 de Maio de 1965, o n.º 1 do artigo 1.º e o n.° 1 do artigo 2.° do Decreto-Lei n.° 1/78, de 7 de Janeiro, a alínea a) do artigo 2.° e a alínea a) do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 59/80, de 3 de Abril, e o artigo 3.° do Decreto Regulamentar n.° 34/80, de 2 de Agosto, o Governo decreta, nos termos da alínea g) do artigo 202.° da Constituição, o seguinte:
Artigo 1.º São classificados como de interesse público os seguintes imóveis:
(....)
Concelho de Alenquer: Igreja da Misericórdia de Alenquer, incluindo o seu recheio, nomeadamente a pia baptismal, os azulejos, a talha dourada, as pinturas do tecto e do altar-mor e as lápidas, esculturas antigas ainda existentes.
(...)"

Designação	Saldo 01-01-2015	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2015
Custo						
Bens Imóveis						
U 1874 Igreja Misericórdia	201.320,94	0,00	0,00	0,00	0,00	**201.320,94**
Total	**201.320,94**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**201.320,94**

Designação	Saldo 01-01-2014	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2014
Custo						
Bens Imóveis						
U 1874 Igreja Misericórdia	0,00	0,00	0,00	201.320,94	0,00	**201.320,94**
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**201.320,94**	**0,00**	**201.320,94**

5.1.3. Outros ativos fixos tangíveis

Designação	Saldo 01-01-2015	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2015
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	436.552,17		0,00	0,00	0,00	**436.552,17**
Edifícios e outras construções	5.748.527,32	3.330,42	0,00	-50.783,28	0,00	**5.701.074,46**
Equipamento Básico	934.049,90	37.640,17	0,00	-231,64	0,00	**971.458,43**
Equipamento Transporte	224.146,80	73.360,00	0,00	0,00	0,00	**297.506,80**
Equipamento administrativo	250.118,89	2.024,00	0,00	-1.795,94	0,00	**250.346,95**
Equipamento Biológico	1.783,42	0,00	0,00	0,00	0,00	**1.783,42**
Outros Ativos Fixos Tangíveis	35.781,95	1.596,54	0,00	0,00	0,00	**37.378,49**
Ativos Fixos Tangíveis em curso	156.869,07	170.533,06	0,00	-21.090,87	0,00	**306.311,26**
Total	**7.787.829,52**	**288.484,19**	**0,00**	**-73.901,73**	**0,00**	**8.002.411,98**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Edifícios e outras construções	1.482.513,68	93.055,96	0,00	0,00	0,00	**1.575.569,64**
Equipamento Básico	782.017,96	35.892,30	0,00	0,00	0,00	**817.910,26**
Equipamento Transporte	165.169,62	29.416,30	0,00	0,00	0,00	**194.585,92**
Equipamento administrativo	231.268,11	8.210,85	0,00	0,00	0,00	**239.478,96**
Equipamento Biológico	1.486,20	297,22	0,00	0,00	0,00	**1.783,42**
Outros Ativos Fixos Tangíveis	20.477,23	1.932,74	0,00	0,00	0,00	**22.409,97**
Total	**2.682.932,80**	**168.805,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.851.738,17**

Designação	Saldo 01-01-2014	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2014
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	93.704,92		0,00	342.847,25	0,00	436.552,17
Edifícios e outras construções	6.306.733,65	100.087,45	0,00	-658.293,78	0,00	**5.748.527,32**
Equipamento Básico	883.160,49	50.889,41	0,00	0,00	0,00	**934.049,90**
Equipamento Transporte	150.425,32	73.721,48	0,00	0,00	0,00	**224.146,80**
Equipamento administrativo	245.712,77	4.406,12	0,00	0,00	0,00	**250.118,89**
Equipamento Biológico	1.783,42	0,00	0,00	0,00	0,00	**1.783,42**
Outros Ativos Fixos Tangíveis	33.338,29	2.443,66	0,00	0,00	0,00	**35.781,95**
Ativos Fixos Tangíveis em curso	48.029,06	108.840,01	0,00	0,00	0,00	**156.869,07**
Total	**7.762.887,92**	**340.388,13**	**0,00**	**-315.446,53**	**0,00**	7.787.829,52
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Edifícios e outras construções	1.945.567,54	105.307,51	0,00	-568.361,37	0,00	**1.482.513,68**
Equipamento Básico	746.853,66	35.164,30	0,00	0,00	0,00	**782.017,96**
Equipamento Transporte	148.335,80	16.833,82	0,00	0,00	0,00	**165.169,62**
Equipamento administrativo	213.480,50	17.787,61	0,00	0,00	0,00	**231.268,11**
Equipamento Biológico	1.188,96	297,24	0,00	0,00	0,00	**1.486,20**
Outros Ativos Fixos Tangíveis	18.743,77	1.733,46	0,00	0,00	0,00	**20.477,23**
Total	**3.074.170,23**	**177.123,94**	**0,00**	**-568.361,37**	**0,00**	2.682.932,80

*Encontram-se ainda em Curso: melhoramentos no Antigo Lar – 306.311,26€.

5.2. Propriedades de Investimento

Designação	Saldo 01-01-2015	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2015
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	133.114,66	0,00	0,00	0,00	0,00	**133.114,66**
Edifícios e outras construções	777.984,27	17.952,50	0,00	2.974,40	0,00	**798.911,17**
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Propriedades investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Total	**911.098,93**	**17.952,50**	**0,00**	**2.974,40**	**0,00**	932.025,83
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Edifícios e outras construções	139.554,37	13.820,10	0,00	0,00	0,00	**153.374,47**
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Total	**139.554,37**	**13.820,10**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	153.374,47

Designação	Saldo 01-01-2014	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2014
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	84.567,50	20.015,76	0,00	28.531,40	0,00	**133.114,66**
Edifícios e outras construções	631.470,92	60.919,16	0,00	85.594,19	0,00	**777.984,27**
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Propriedades investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Total	716.038,42	80.934,92	0,00	114.125,59	0,00	911.098,93
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Edifícios e outras construções	40.042,61	13.917,57	0,00	85.594,19	0,00	**139.554,37**
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Total	**40.042,61**	**13.917,57**	**0,00**	**85.594,19**	**0,00**	139.554,37

Terrenos e Recursos Naturais	133.114,66	Edifícios e outras construções	798.911,17
U 159 Albergaria do Espirito Santo	28.531,40	U 159 Albergaria do Espirito Santos	466.101,88

U 5224 Renato Leitão Lourenço, 15 19	16.045,00	U 5224 Renato Leitão Lourenço, 15	48.135,00
U 1065 Rua Dos Mouros 17 a 25, Lx	68.522,50	U 1065 Rua dos Mouros 17 a 25, Lx	224.627,00
U 1936 Casal da Pacheca	11.633,26	U 1936 Casal da Pacheca	34.899,79
U 5147 Casal da Pacheca	8.382,50	U 5147 Casal da Pacheca	25.147,50

6. Ativos Intangíveis

A Entidade não reconheceu "*Ativos Intangíveis*", do Domínio Público, em 31.12.2014 e 31.12.2015.

Designação	Saldo 01-01-2015	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2015
Custo						
Bens do domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Programas de computador	1.658,04	276,75	0,00	0,00	0,00	**1.934,79**
Total	**1.658,04**	**276,75**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.934,79**
Depreciações acumuladas						
Bens do domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Programas de computador	732,26	613,77	0,00	0,00	0,00	**1.346,03**
Total	**732,26**	**613,77**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.346,03**

Designação	Saldo 01-01-2014	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2014
Custo						
Bens do domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Programas de computador	445,26	1.212,78	0,00	0,00	0,00	**1.658,04**
Total	**445,26**	**1.212,78**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.658,04**
Depreciações acumuladas						
Bens do domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Programas de computador	179,58	552,68	0,00	0,00	0,00	**732,26**
Total	**179,58**	**552,68**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**732,26**

7. Financiamentos Obtidos

Locações

A Entidade fez as seguintes aquisições recorrendo à locação financeira.

Movimento		2015		2014	
		Capital	Rendas	Capital	Rendas
Nº 82968	Viatura 08-PM-81	19.990,00	7.433,17	0,00	0,00
Nº 82969	Viatura 08-PM-82	19.990,00	7.433,17	0,00	0,00
	Total	**39.980,00**	**14.866,34**	**0,00**	**0,00**

Movimento		Pagamento 1ª Renda	Período	Montante	V. Residual	Capital em divida	
						n/Corrente	Corrente
Nº 82968	Viatura 08-PM-81	20.01.2015	48 meses	19.990,00	404,81	8.665,64	3.891,19
Nº 82969	Viatura 08-PM-82	20.01.2015	48 meses	19.990,00	404,81	8.665,64	3.891,19
	Total			**39.980,00**	**809,62**	**17.331,28**	**7.782,38**

8. Custos dos Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Designação	2015	2014
Juros Suportados	**1.047,18**	4,32
De financiamentos Obtidos	**1.047,18**	**4,32**
Locações Financeiras	1.045,02	0,00
Outros Juros	2,16	4,32
Total	**1.047,18**	4,32

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 a rubrica "*Inventários*" apresentava os seguintes valores.

Designação	Mercadorias		Matérias-Primas	
	2015	2014	2015	2014
Existência Inicial	0,00	0,00	12.875,93	22.813,20
Compras	0,00	0,00	360.910,30	326.007,38
Regularização de existências	0,00	0,00		2.108,88
Existência Final	**0,00**	**0,00**	**21.427,19**	**12.875,93**
CMVMC	**0,00**	**0,00**	**352.359,04**	**338.053,53**

10. Rendimentos

Para os períodos de 2014 e 2015 foram reconhecidos os seguintes réditos.

Designação	2015	2014
Vendas	**0,00**	**0,00**
Prestação de Serviços	**1.516.419,82**	**1.378.287,45**
Quotas	1.549,10	1.846,00
Utentes e comunidade	1.514.870,72	1.376.441,45
Subsídios, doações e outros	**1.745.683,05**	**1.747.398,02**
Subsídios do Estado e outros Entes	1.698.844,60	1.713.267,81
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	46.838,45	34.130,21
Reversões	**0,00**	**0,00**
Ganhos por aumentos de justo valor	**0,00**	**0,00**
Outros rendimentos e ganhos	**129.699,00**	**59.386,55**
Juros, dividendos e outros	**9.894,67**	**70.406,74**
Total	3.401.696,54	3.255.478,76

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nos períodos de 2014 e 2015, não ocorreram variações relativas a provisões já que não foram reconhecidos Passivos contingentes nem Ativos contingentes.

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha nas rubricas de "*Subsídios, doações e legados à exploração*" registado os seguintes montantes:

Designação	2015	2014
Subsídios do Governo	**1.698.844,60**	**1.713.267,81**
Instituto da Segurança Social	**1.456.435,95**	**1.473.798,75**
Creche	457.773,66	408.229,62
Jardim Infância / Pré-Escolar	401.136,54	445.522,89
ATL	32.380,80	32.030,40
Lar	335.694,79	369.896,32
Centro Dia	52.984,80	50.398,88
Apoio Domiciliário	176.465,36	167.720,64
Autarquias	**211.911,24**	**205.853,00**
Camara Municipal de Lisboa	0,00	0,00
Creche	211.911,24	205.853,00
IEFP	**30.497,41**	**33.616,06**
Outras Entidades	**0,00**	**0,00**
Doações e heranças	**46.838,45**	**34.130,21**
Total	**1.745.683,05**	**1.747.398,02**

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31.12.2015 e 31.12.2014, não houve necessidade de reconhecer alterações das taxas de câmbio porque para além do euro não foi utilizada qualquer outra moeda.

14. Imposto sobre o Rendimento

Foi contabilizada em 2014, a seguinte restituição, relativas a outros instrumentos financeiros.

Designação	2015	2014
IRC Retido	0,00	0,00
IRC Restituído	0,00	10.237,50
Variação	**0,00**	**10.237,50**

15. Benefícios dos empregados

Nenhum dos órgãos sociais usufrui de qualquer remuneração.
Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Designação	2015	2014
Remunerações	**1.768.031,12**	**1.653.136,80**
Orgãos Sociais	0,00	0,00
Pessoal	1.768.031,12	1.653.136,80
Indemnizações	**618,73**	**746,67**
Encargos sobre Remunerações	**376.930,91**	**345.106,73**
Orgãos Sociais	0,00	0,00
Pessoal	376.930,91	345.106,73
Seguro de A. de Trabalho	**10.234,83**	**6.399,19**
Outros Gastos com o Pessoal	**7.332,50**	**1.973,36**
Total	2.163.148,09	2.007.362,75

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

A Entidade dispõe de Revisor Oficial de Contas:
PKF & Associados, SROC, Lda., nº 152
Representado por Célia Maria Pedro Custódio, ROC nº 1286.

17. Outras Informações

17.1. Investimentos Financeiros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha nas rubricas de *"Investimentos Financeiros"* registado os seguintes montantes:

Designação	Saldo 01-01-2015	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2015
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
...	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Outros investimentos financeiros	1.688,45	973,66	0,00	0,00	**2.662,11**
Total	**1.688,45**	**973,66**	**0,00**	**0,00**	**2.662,11**

Designação	Saldo 01-01-2014	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2014
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
...	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Outros investimentos financeiros	436,55	1.251,90	0,00	0,00	**1.688,45**
Total	**436,55**	**1.251,90**	**0,00**	**0,00**	**1.688,45**

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, não apresentava saldo.

17.3. Clientes e Utentes

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentava os seguintes saldos:

Designação	2015	2014
Ativo		
Utentes c/c	201.074,54	166.991,62
Utentes Cobrança Duvidosa	2.908,39	2.908,39
Total	**203.982,93**	**169.900,01**
Passivo		
Adiantamento de Utentes	108.199,18	134.531,14
Total	**108.199,18**	**134.531,14**

17.4. Outras contas a receber

A rubrica *"Outras contas a receber"* tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Designação	2015	2014
Adiantamentos ao pessoal	1.264,47	732,51
Devedores por acréscimos de rendimentos	**59.250,37**	**62.310,95**
Juros a Receber	59.250,37	62.310,95
Outros Financiadores	**9.534,31**	**0,00**
ISS *1 em 2015	9.534,31	0,00
Outros devedores	**621.582,75**	**526.491,54**
Entidades do Estado	**212.279,84**	**322.636,57**
ISS *1 em 2015	0,00	55.043,57
Camara Municipal Lisboa	212.279,84	267.593,00
Reembolso despesas Utentes	1.987,51	1.359,56
POPH 024452/2009/612	404.860,36	199.333,86
Outros	2.455,04	3.161,55
Perdas por imparidade	0,00	0,00
	0,00	0,00
Total	**691.631,90**	**589.535,00**

17.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "*Diferimentos*" englobava os seguintes saldos:

Designação	2015	2014
Gastos a reconhecer		
Seguros	4.176,06	13.590,47
Outros	928,30	174,02
Total	**5.104,36**	**13.764,49**
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas	551,91	1.676,91
Quotas	12,00	52,00
Total	**563,91**	**1.728,91**

17.6. Outros Ativos Financeiros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentava os seguintes saldos:

Designação	2015	2014
Outros Instrumentos financeiros detidos p/a negociação		
Ativos financeiros		
Outros Títulos	**1.000.000,00**	**1.000.000,00**
BES I NT27 / 10 / 2014 (1 ano)	1.000.000,00	1.000.000,00
Total	**1.000.000,00**	**1.000.000,00**

17.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", em 2014 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Designação	2015	2014
Caixa	1.303,49	956,54
Depósitos à ordem	98.382,06	97.533,54
Outros depósitos bancários	650.000,00	650.000,00
Total	749.685,55	748.490,08

17.8. Fundos Patrimoniais

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

Designação	Saldo 01-01-2015	Aumentos	Diminuições	Reexpresso 31-12-2014	Saldo 31-12-2015
Fundos	33.202,52				33.202,52
Excedentes técnicos	0,00				0,00
Reservas	1.000.000,0				1.000.000,0
Resultados Transitados 31-12-2014 Aprovado	4.844.219,6	482.767,18	-101.645,10	5.225.341,75	
Acertos ao património de 1990		482.767,18			
Acertos ISS (1)			-101.645,10		
Resultados Transitados 31-12-2014 Reexpresso	5.225.341,7	183.204,89	0,00		5.408.546,64
Resultado Liquido de 2014		183.204,89			
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.514.658,7	205.526,50	-45.520,13		1.674.665,09
Subsídios Investimento	1.080.079,0	205.526,50	-45.520,13		1.240.085,38
Valor de 2014	1.080.079,0				1.080.079,01
Acerto POPH 024452/2009/612 (2)		205.526,50			205.526,50
Imputação de subsídios			-45.520,13		-45.520,13
Doações	434.579,71				434.579,71
Resultado líquido do período	0,00	121.971,86			121.971,86
Total	7.392.080,91	993.470,43	-147.165,23		8.238.386,11

(1) Ver nota 4
(2) Pela entada em vigor do Despacho nº. 6319/2013, de 15 de Maio, que atualiza as taxas de comparticipação pública de 60% para 75%.

17.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de *"Fornecedores"* e *"Fornecedores de Investimentos"* é discriminado da seguinte forma:

Designação	2015	2014
Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	17.429,03	15.633,05
Adianta/os a fornecedores investimentos	11.023,91	11.023,91
Total	**28.452,94**	**26.656,96**
Passivo		
Fornecedores c/c	85.311,53	103.788,19
Fornecedores de Investimentos	6.021,48	5.024,82
Total	**91.333,01**	**108.813,01**

17.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de *"Estado e outros Entes Públicos"* está dividida da seguinte forma:

Designação	2015	2014
Ativo		
Imposto s/ Rendimento - IRC	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	**18.610,29**	**6.832,60**
*Ao abrigo Dec.Lei 20/90 e referente a obras	8.294,30	5.686,69
*Ao abrigo Dec.Lei 20/90 e referente equipamento	1.034,94	1.145,91
*Ao abrigo Dec.Lei 20/90 e referente Alimentação e bebidas	9.281,05	0,00
Outros Impostos e Tributações	0,00	0,00
Total	**18.610,29**	**6.832,60**
Passivo		
Retenção Imposto s/ Rendimento - IRS	13.689,30	13.958,24
Contribuições para a Segurança Social	42.498,26	43.031,57
Outros Impostos e Tributações	0,00	0,00
Total	**56.187,56**	**56.989,81**

17.11. Outras Contas a Pagar

A rubrica *"Outras contas a pagar"* desdobra-se da seguinte forma:

Designação	2015		2014	
	n/Corrente	Corrente	n/Corrente	Corrente
Pessoal	**0,00**	**544,38**	**0,00**	**417,19**
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	544,38	0,00	417,19
Perdas por imparidade Acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	**0,00**	**317.865,09**	**0,00**	**283.168,87**
Remunerações a Liquidar	**0,00**	**311.010,45**	**0,00**	**278.433,59**
Subsídio de Férias e Férias a Liquidar em 2015	0,00	255.584,74	0,00	229.613,54
Encargos sobre F+S. Férias a Liquidar em 2015	0,00	55.425,71	0,00	48.820,05
Outros Acréscimos	0,00	6.854,64	0,00	4.735,28
Outros credores	0,00	14.599,24	0,00	4.729,61
Total	**0,00**	**333.008,71**	**0,00**	**288.315,67**

17.12. Outros Passivos Financeiros

Os *"Outros passivos financeiros"* em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 não registavam qualquer valor.

17.13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos *"Fornecimentos e serviços externos"* nos períodos findos de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	53.969,25	38.794,96
Trabalhos especializados	46.286,02	32.745,41
Publicidade e propaganda	5.500,74	3.406,20
Vigilância e segurança	2.485,60	9.042,60
Honorários	30.885,57	45.796,75
Conservação e Reparação	57.475,67	49.587,81
Serviços bancários	3.866,73	4.031,18
Taxa Entidade Contratante	271,74	
Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	20.029,38	17.144,12
Material de escritório	5.068,45	5.606,91
Artigos para oferta	0,00	35,00
Material didático	8.704,69	11.062,10
Rouparia	6.813,57	2.388,12
Calçado e vestuário utentes	3.015,88	2.460,50
Artigos saúde utentes	3.682,52	8.595,86
Jornais e revistas	479,05	405,85
Outros		
Eletricidade	68.367,10	67.707,46
Combustíveis	13.982,70	16.321,23
Agua	47.057,78	46.761,42
Gás	24.499,07	25.478,18
Outros	689,00	3.319,90
Deslocações e Estadas	74.022,22	66.823,23
Rendas e alugueres	16.975,59	13.659,74
Comunicação	12.156,01	11.463,67
Seguros	10.986,29	10.745,24
Contencioso e notariado	0,00	607,73
Despesas de representação	416,20	0,00
Limpeza, higiene e conforto	3.074,34	2.488,79
Outros Serviços	2.343,19	4.144,69
Total	**523.104,35**	**500.624,65**

17.14. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de *"Outros rendimentos e ganhos"* encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2015	2014
Rendimentos Suplementares	250,00	437,50
Descontos de pronto pagamento obtidos	8,59	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendi/os e ganhos em investimentos não financeiros	29.757,92	13.771,56
Outros Rendimentos e Ganhos	**99.682,49**	**45.177,49**
Correções períodos anteriores	55.436,41	11.632,60
Imputação de Subsídios	37.299,07	33.188,54
Outros	6.947,01	356,35
Juros, dividendos e outros rendi/os similares	9.894,67	70.406,74
Total	**139.593,67**	**129.793,29**

17.15. Outros gastos e perdas

A rubrica de *"Outros gastos e perdas"* encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2015	2014
Impostos	0,00	309,50
Dívidas incobraveis	0,00	24.458,17
Outros gastos e Perdas	56.566,78	9.526,76
Custos c/apoios financeiros concedidos a associados	260,00	280,00
Gastos e perdas de Financiamento	0,00	0,00
Total	56.826,78	34.634,43

17.16. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Designação	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1.047,18	4,32
Total	**1.047,18**	**4,32**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**
Resultados Financeiros	**-1.047,18**	**-4,32**